

ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

Autor (a): Gabriella Helloyde de Moraes (1); **Co-autor:** Verinaldo de Paiva Silva (2);
Orientador (a): Regina Célia Pereira Marques (3)

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, reitoria@uern.br)

RESUMO

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, Resolução CNE/CP nº. 1/02 e CNE/CP no 02/15, estabelecem que as instituições de ensino superior devam prever, em sua organização curricular, a formação docente para o atendimento da diversidade, contemplando conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Concomitantemente, a expansão do acesso à escola básica não tem sido acompanhada de investimentos na implementação das mudanças necessárias nas diferentes dimensões: na formação inicial e continuada dos professores, nas políticas, nos currículos, nas condições de trabalho dos profissionais da educação (incluindo carreira e salários), na infraestrutura das escolas e na reorganização das condições de ensino. Mediante essa realidade o presente estudo tem como objetivo analisar a matriz curricular dos cursos de licenciatura da UERN, visando identificar a presença, neles, de disciplinas e/ou conteúdo que tratem sobre a Educação Especial e educação inclusiva. O método utilizado será análise documental. Serão analisadas as ementas, de todos os cursos de Licenciatura da UERN. A partir dos resultados obtidos foi possível determinar que não são todos os cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do norte dos diversos campus abordado no desenvolver do trabalho que oferece disciplinas inclusivas em sua matriz curricular visando uma educação especial e uma educação inclusiva. Os cursos que apresentam algumas disciplinas inclusivas desta instituição de ensino apresentada do desenvolver do projeto favorece para os formandos uma possível experiência com pessoas que tenham necessidades especiais ou algum tipo de transtornos. Foi possível também verificar que os cursos que oferece as disciplinas de inclusão oferta tanto de forma obrigatória como optativa, fazendo assim, a grande importância de ser refeita as matrizes curriculares desses cursos, colando disciplinas de inclusão em sua matriz curricular para que o profissional se colocar diante de situações de alunos com algum tipo de necessidade especial.

Palavras-chave: Cursos de licenciatura; Inclusão; Formação de professores.

INTRODUÇÃO

A cada ano o número de crianças e adolescentes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) matriculadas na modalidade comum do ensino regular aumentam. Esse aumento é devido seus familiares reivindicarem e lutarem promovendo assim movimentos sociais de pessoas com deficiências afim de, promover uma educação básica de ensino de igualdade para todos. No entanto, capacitando e possibilitando cursos de formação especial para os professores da educação básica e toda gestão escolar para o contato direto e inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais na educação.

Há muitos anos discute-se a inclusão social como um pré-requisito para os direitos e liberdades fundamentais à vida humana. Uma das ações para a efetiva inclusão consolida-se

na perspectiva da educação inclusiva – EI. No Brasil, a EI se estabelece em termos legais com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (BRASIL, 1996), baseada na Declaração de Salamanca, a qual tem por princípio que “Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem” (UNESCO, 1994). Assim, a EI busca a participação de todos ativamente em todas as atividades que a escola possa oferecer e é responsabilidade da coordenação da escola e do docente promovê-la.

A educação brasileira tem sido marcada por significativas mudanças decorrentes dos movimentos de democratização do acesso à escolarização básica e de educação inclusiva, as quais colocam em questionamento a organização da escola, a formação de professores, o processo de ensino e as práticas pedagógicas. A expansão do acesso à escola básica, entretanto, não tem sido acompanhada de investimentos na implementação das mudanças necessárias nas diferentes dimensões: na formação inicial e continuada dos professores, nas políticas, nos currículos, nas condições de trabalho dos profissionais da educação, na escola e na reorganização das condições de ensino (GATTI; BARRETTO, 2009).

Muitos docentes não estão aptos a executar tal tarefa, em função de sua formação inicial e ou continuada e, após 18 anos da promulgação da LBDEN o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular ainda têm muito a se desenvolver. De acordo com Sant’ana (2005), apesar da necessidade de preparação adequada dos agentes educacionais estar preconizada na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e na LBDEN (BRASIL, 1996) como fator fundamental para a EI, o que tem acontecido nos cursos de formação docente, em termos gerais, é a ênfase dada aos aspectos teóricos, com currículos distanciados da prática pedagógica, não proporcionando, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais para o trabalho com a diversidade dos educandos.

Para Serra (2006), a inclusão escolar diz respeito ao direito à educação, que é comum a todos os cidadãos, e também ao direito de receber a educação, sempre que possível, junto com as demais pessoas nas escolas regulares. Está amparada nos direitos humanos e de justiça social e na liberdade de escolha individual, baseada em interesses pessoais próprios de interação e relação com os grupos sociais distintos (RODRIGUES, 2006). São muitos os desafios da educação inclusiva, dentre eles, a singularidade de cada aluno e suas potencialidades. A educação inclusiva requer práticas mais cooperativas e o professor como agente efetivador do processo de inclusão escolar. As mudanças necessárias envolvem a revisão de metodologias, avaliações, projetos políticos pedagógicos, com adaptações curriculares que podem ser realizadas no âmbito do projeto pedagógico, do currículo desenvolvido em sala de aula e individual (BRASIL, 1999), o que por sua vez, requer formação do professor.

Em 2007 foi editado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em que se destacou a formação de professores para a educação inclusiva. No ano de 2008 foi ratificada a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando-se também a formação de professores e demais profissionais da educação para a inclusão escolar.

Entende-se que a formação inicial de professores capazes de ensinar a todos os alunos, de conceber e ministrar uma educação plural e democrática é condição para a construção de práticas inclusivas nas escolas (FREITAS et al, 2006, MANTOAN, 2003). Possa e Naujorks

(2009) identificaram que é necessário que o licenciando saiba atuar para a transformação da escola atual em escola inclusiva.

Sendo assim, reconhece-se que professores precisam assumir os desafios da educação inclusiva, com a revisão de concepções, relações interpessoais, técnicas e recursos de ensino, sendo capazes de favorecer a aprendizagem para todos os alunos. Por outro lado, Glat (2007) contempla que a formação dos futuros professores e demais agentes educacionais é precária para atuar com alunos com N.E.E., o que gera as maiores barreiras da prática de inclusão escolar.

Mediante essa realidade o presente estudo tem como objetivo analisar a matriz curricular dos cursos de licenciatura da UERN, visando identificar a presença, neles, de disciplinas e/ou conteúdo que tratem sobre a Educação Especial e educação inclusiva. O método utilizado será análise documental. Serão analisadas as ementas, de todos os cursos de Licenciatura da UERN.

METODOLOGIA

Sob o ponto de vista metodológico, o presente estudo tem como foco a pesquisa de abordagem qualitativa por esta permitir, dentre outros aspectos, a descrição, análise e avaliação dos dados de forma articulada e aprofundada, sendo o pesquisador seu principal instrumento (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Como técnica de coleta dos dados, será utilizada a análise documental. Tal técnica mostra-se eficiente em pesquisas qualitativas, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. De acordo com Ludke e André (1986), os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem inferências do pesquisador.

Serão analisadas: a matriz curricular, as ementas, e objetivos gerais de disciplinas de formação de professores, descritas no Projeto Pedagógico, dos cursos de Licenciatura. A escolha pelos cursos de licenciatura teve como critérios: as informações necessárias (matriz curricular, ementas) contidas nos projetos pedagógicos estarem disponibilizadas no site oficial da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Com base no estudo de Macedo (2010), para a localização, nas ementas, de conteúdos relacionados à Educação Especial, serão utilizados alguns descritores. Educação Especial; Necessidades Educacionais/Educativas Especiais; Diversidade; Deficiência; Transtorno; Altas Habilidades/Superdotação; Deficiente; Inclusão; Educação Inclusiva; Linguagem Brasileiras de Sinais - LIBRAS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) dos cursos da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) tanto dos cursos de licenciatura quanto os de bacharelados apontaram os seguintes resultados.

Entre os cursos de graduação em licenciatura que são oferecidos pela instituição de ensino em todo o território brasileiro no qual se adentra os seguintes campos: Mossoró, Assú, Pau dos Ferros, Patu, Natal e Caicó destacando-se a questão das disciplinas de inclusão que cada curso, especificamente de licenciatura constitui em sua matriz curricular. Os seguintes

cursos de licenciatura de ambas cidades citadas que contém a disciplina de Língua Brasileira de Sinais como obrigatória composta por 60 horas teóricas. Com Relação a disciplina inclusiva Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos abordada por 4 cursos sendo que 2 desses cursos inclui a disciplina como disciplina obrigatória em sua matriz curricular que são os cursos de Pedagogia - Campus Avançado de Assú e Pedagogia - Campus Avançado de Pau dos Ferros. Já os outros dois cursos como o de Ciências Biológicas (Licenciatura) - Campus Central – Mossoró como também o de Matemática - Campus Central – Mossoró tem a disciplina inclusiva como optativa, ambas com 60 horas de aulas teóricas em sua matriz curricular.

A disciplina de inclusão Educação para Diversidade é ofertada somente em dois campus. No Campus Central - Mossoró a disciplina é ofertada no curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) de forma optativa já no Campus Avançado de Pau dos Ferros a disciplina é ofertada no curso de Pedagogia e ambas a disciplina são de 60 horas de aulas teóricas. A disciplina de Educação Física para Pessoas com Necessidades Especiais é oferecida pelo Campus Central – Mossoró, esta disciplina é ofertada de forma teórica/prática de maneira obrigatória com respectivamente 75 horas de aulas em sua matriz curricular. Já a disciplina Educação Física para Pessoas com Necessidades Educativas Especiais embora tenha semelhança com a disciplina abordada anteriormente está é ofertada de maneira completamente diferente. Esta disciplina é ofertada também de forma teórica e obrigatória porém, com carga de 90 horas de aulas em sua matriz curricular.

O curso de Enfermagem (Bacharelado e Licenciatura) - Campus Central – Mossoró é composta pela disciplina de inclusão Formação e Cuidado da Pessoa com Deficiência e Transtornos do Desenvolvimento com 60 horas aulas em sua matriz curricular, aplicada totalmente de forma teórica e optativa. Embora a disciplina de Educação Especial e Inclusão é ofertada nos diversos cursos e campus como: Filosofia (Licenciatura) - Campus Central – Mossoró, Matemática - Campus Central – Mossoró, Pedagogia - Campus Central – Mossoró, Enfermagem - Campus Avançado de Caicó, Filosofia - Campus Avançado de Caicó, Ciências da Religião - Campus Avançado de Natal, Pedagogia - Campus Avançado de Assú e Pedagogia - Campus Avançado de Pau dos Ferros é aplicada de forma diversificada. A disciplina de inclusão apresentada é ofertada de forma obrigatória nos cursos de Filosofia (Licenciatura) - Campus Central – Mossoró, Filosofia - Campus Avançado de Caicó e Ciências da Religião - Campus Avançado de Natal, Pedagogia - Campus Avançado de Pau dos Ferros. Já nos cursos de Matemática - Campus Central – Mossoró, Pedagogia - Campus Central – Mossoró, Enfermagem - Campus Avançado de Caicó e Pedagogia - Campus Avançado de Assú a disciplina inclusiva é ofertada de forma optativa, ambas é de 60 horas aulas teóricas em sua matriz curricular.

A disciplina Ética e Diferenças Socioculturais que diante de diversos cursos, é ofertada somente no curso de Pedagogia - Campus Central – Mossoró com 60 horas de aulas teóricas. Já a disciplina Oficina de Educação Especial é abordada somente em um curso que é o de Ciências da Religião - Campus Avançado de Natal com 60 horas de aulas práticas e ofertada de forma obrigatória no referente curso.

CONCLUSÃO

A partir dos resultados obtidos no presente trabalho, foi possível determinar que não são todos os cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Rio Grande do norte dos diversos campus abordado no desenvolver do trabalho que oferece disciplinas inclusivas em sua matriz curricular visando uma educação especial e uma educação inclusiva. Os cursos que apresentam algumas disciplinas inclusivas desta instituição de ensino apresentada do

desenvolver do projeto favorece para os formandos uma possível experiência com pessoas que tenham necessidades especiais ou algum tipo de transtornos. Foi possível verificar que os cursos que oferece as disciplinas de inclusão oferta tanto de forma obrigatória como optativa, fazendo assim, a grande importância de ser refeita as matrizes curriculares desses cursos, colando disciplinas de inclusão em sua matriz curricular para que o profissional se colocar diante de situações de alunos com algum tipo de necessidade especial.

REFERÊNCIAS

MORAIS, Gabriella Helloyde de. **Análise Das Matrizes Curriculares Dos Cursos De Licenciatura Da Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte – UERN**. Edição única. Mossoró: 1ª ed. UERN, 2018.

BRASIL. Casa Civil. Lei n. 9.394 de 20 de dez de 1996: **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: 20 dez. 1996.

BRASIL - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREITAS, M. I. C.; VENTORINI, S. E; RIOS, C.; ARAÚJO, T.H.B. **Os desafios da formação continuada de professores visando à inclusão de alunos com necessidades especiais**. Rev. Ciênc. Ext., v.3, n.1, p.100, 2006.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. de S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GLAT, R. PLETSCH, M. D.; FONTES, R. S. **Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade**. Revista do Centro de Educação, v.32, n.2, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, p. 99, 1986.

MACEDO, N.N. **Formação de professores para a educação inclusiva nos cursos de pedagogia das universidades públicas paulistas**. São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

POSSA L.B. E NAUJORKS, M.I. **Formação de professores em educação especial: os discursos produzidos em textos científicos**. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT15-5759--Int.pdf>.

RODRIGUES, D. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva** – São Paulo: Summus, 2006.

SANT'ANA, I. M. **Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores**. In: PSICOLOGIA EM ESTUDO, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005.

SERRA, **Inclusão e ambiente escolar**. In: SANTOS, M.P. dos e PAULINO, M.M (org.) **Inclusão em educação: cultura políticas e práticas**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Salamanca: UNESCO, 1994.